

## **Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito**

ZENEIDE RIOS DE JESUS\*

“Não é a marcha inelutável e impessoal da história que mata os índios: são ações e omissões muito tangíveis, movidas por interesses concretos”.  
Manuela Carneiro da Cunha.

“Sem ânimo para comparações absurdas, direi que no meu caso escrevo por razões que conheço e por razões que não conheço. Em 1960, eu assisti à última das grandes rebeliões camponesas no Peru que, como todas as revoltas camponesas, acabou numa sucessão de massacres. Isso aconteceu no pavoroso desconhecido da Cordilheira dos Andes, a quase cinco mil metros de altura. E, o pior, **aconteceu em meio ao silêncio mais absoluto. A imprensa ignorou os fatos, que se converteram num capítulo a mais da história invisível do Peru.**

Eu escrevi minhas novelas **para tornar visíveis estes crimes invisíveis. (...)**”  
Manuel Scorza.

O ponto de partida desse texto diz respeito às inquietações suscitadas na UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana no contexto de inserção da disciplina História dos Povos Indígenas e do Indigenismo no Brasil para o curso de licenciatura em História, bem como a adoção de uma política de cotas para estudantes indígenas.<sup>1</sup>

Desde 2007 a UEFS participa do Programa de cotas destina vagas em seus cursos para estudantes afro descendente e indígenas. Atualmente cerca de 40 estudantes das etnias Tuxá e Aticum convivem com alunos não indígenas em diversos cursos. Em 2010 a Administração da UEFS adotou uma postura diferenciada diante das especificidades culturais desse grupo de estudantes, segundo o vice-reitor “*Não basta, apenas, oferecer vagas como prevê as políticas de cotas da Universidade. É fundamental estabelecer uma política de ações afirmativas que para além das cotas, envolva as condições de permanência para que estes alunos possam concluir seus cursos*”<sup>2</sup> Em 2011 o termo de cooperação técnica entre a FUNAI e a Universidade concedeu bolsas de estudo aos referidos estudantes, traçando uma meta até 2013

---

\* Mestra em História do Brasil – UFBA. Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS onde ministra as disciplinas História do Brasil Colônia e História Indígena e do indigenismo no Brasil.

<sup>1</sup> A escrita desse texto objetivou responder aos questionamentos levantados na área de História do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana, quanto a pertinência da disciplina História dos povos indígenas e do indigenismo no Brasil, sobretudo sua alocação na subárea de História do Brasil. Agradeço aos colegas a oportunidade de debater questões imprescindíveis sobre esse tema no contexto de implementação de ações afirmativas da UEFS que visam a inserção e permanência dos povos indígenas em seus cursos

<sup>2</sup> Informações disponíveis em: <http://www.uefs.br>

de 90 bolsas. Trata-se de ações que visam ampliar e fortalecer a política de cotas da UEFS. Por outro lado, as inquietações e o estranhamento diante da presença indígena, da inserção de uma disciplina que aborda a história desses povos e as ações desenvolvidas pela UEFS não são tratadas de forma consensual e relaciona-se às formas tradicionais de tratamento para com os povos indígenas dispensadas tanto por uma produção historiográfica quanto pelas imagens que foram construídas e ainda vigoram acerca desses sujeitos.

Esse texto busca discutir algumas questões que aparentemente não se constituem “novidade”, nem tão pouco originalidade mas permanecem na ordem do dia, ao demonstrarem que descaso, estranhamento, desconhecimento, preconceitos... ainda são questões que norteiam as percepções acerca dos povos indígenas.

Portanto, ao abrir esse texto fazendo referência a um escritor peruano e a uma antropóloga brasileira quero reforçar o argumento de que ao tratarmos da história dos povos indígenas, especialmente em relação aos historiadores, os termos silenciamento, omissão, invisibilidade não são mera retórica. Nos dois casos, guardadas as devidas especificidades, fica claro como os historiadores tem se omitido diante das questões indígenas. Na apresentação de um dossiê sobre povos indígenas, publicado na *Revista Tempo* em 2007, Maria Regina Celestino comenta a desconcertante pergunta formulada pela revisora de português da citada publicação, “*onde estão os índios na História do Brasil?*”. (ALMEIDA, 2007:1) O curioso é que tal formulação veio de alguém que por mais de uma década revisava os textos destinados a revista, percebendo, portanto, mesmo sem ser historiadora, que apesar da variedade de temáticas abordadas por aqueles profissionais, os povos indígenas estavam sempre ausentes.

Tratando da omissão dos historiadores em relação às questões que envolvem os povos indígenas no Peru, o escritor Manuel Scorza, - que através de sua obra deu visibilidade a história das comunidades indígenas do Peru-, ao ser perguntado se sua novela refletia a história, respondeu: “*eu acho que essa maneira de contar a história é mais histórica do que a chamada História*” (GONZALEZ, 1980:205) No que pese as implicações desta fala, ela torna-se compreensível se considerarmos que a História Oficial não só silencia como nega a história destes povos. As formas de resolução dos conflitos que envolvem as populações

indígenas, usadas pelos poderes públicos e pela sociedade civil baseiam-se na violência, no preconceito e no descaso, mas pouco ou nada falamos disso.<sup>3</sup>

John Manuel Monteiro ao avaliar os desafios da História indígena, criticou a historiografia brasileira, pois para ele, “*com exceção de poucos estudos, parece prevalecer, ainda hoje, a sentença pronunciada pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen, na década de 1850: para os índios, não há história, há apenas etnografia*”(MONTEIRO, 2000:221) Vale ressaltar que tal observação foi feita há mais ou menos 18 anos e diante de uma quantidade significativa de publicações que a mencionam ou que repetem tais preocupações,(SILVA,2003 e CANCELA,2009) cabe perguntar: o que mudou ao longo desses anos? Quais avanços tivemos em relação aos estudos sobre as populações indígenas no campo da História? Quais são as imagens ainda presentes sobre os indígenas brasileiros?

Felizmente nos últimos anos tem sido possível identificar novas perspectivas para essa questão. Cada vez mais os historiadores tem se interessado pela história dos povos indígenas. Apesar de muitos continuarem a desconhecê-la, atribuindo-lhe pouca ou nenhuma importância, temos deixado de delegar aos antropólogos, a responsabilidade sobre essa parcela da História que nada mais é do que uma grande parte da História do Brasil. Nas últimas décadas ao substituímos a transmissão de responsabilidade, optando pelo diálogo com a antropologia, nos permitimos um olhar diferenciado sobre esse tema. No campo da História muitas pesquisas vêm valorizando a atuação dos povos nativos como imprescindíveis para a compreensão dos processos históricos nos quais se inserem, e,

nesse sentido, contribuem não apenas para uma revisão da História Indígena, mas das próprias histórias nacionais e coloniais. Lembrando Jonathan Hill, desde a chegada dos europeus às Américas, as histórias dos índios passaram a se entrelaçar com as dos colonizadores e não devem ser vistas de forma distinta, nem em oposição a elas.(ALMEIDA, 2007:4)

A Historiografia Brasileira vem incorporando diversos grupos sociais que antes eram completamente ignorados e as populações indígenas fazem parte desses grupos, porém, por muito tempo foram considerados como ahistóricos e deixados a margem da História do Brasil enquanto sujeitos. Em muitos estudos, foram vistos apenas como vítimas que a partir do

---

<sup>3</sup> Os números da violência contra os povos indígenas são absurdos, para uma noção destes aspectos consultar os relatórios realizados pelo CIMI. Os documentos abordam a violência praticada contra a pessoa, como assassinatos, ameaças e atos de racismo, e contra o patrimônio indígena, como os conflitos territoriais e os danos ambientais. Apresentam também as violências decorrentes da omissão do Poder Público, como os suicídios e a falta de assistência à saúde. Disponíveis em: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

contato com europeus no período colonial e os “brasileiros não-índios” em outros momentos da história do país, foram, ao longo do tempo, sendo dizimados, assimilados, enfim entrando em extinção.

Hoje, os mais de duzentos povos indígenas espalhados por todo o país desmentem claramente todas as abordagens, teorias e políticas que preconizaram seu fim. Fortalecidos pelo crescimento vegetativo e pelos movimentos de autodeterminação, diversos povos vem se organizando e exigindo da sociedade brasileira respeito à diferença ao mesmo tempo em que reivindicam direitos comuns aos cidadãos brasileiros. Afirmando suas identidades, vários povos têm tomado cada vez mais consciência de que podem lutar por seus direitos, suas terras, afirmação das suas identidades, manutenção de seus territórios e valores culturais, etc.

Portanto, como não pensar os indígenas na História do Brasil? Aliás, a incorporação desses povos em nossa história na condição de sujeitos históricos e não de “vítimas passivas” ou de “selvagens rebeldes”, como sempre foi feita, não é questão de favor que a comunidade acadêmica deve lhes prestar. Uma História do Brasil que leve em consideração as questões dos povos indígenas é tarefa urgente que os historiadores precisam fazer. Não se trata apenas do cumprimento da Lei 11.645/08, mas da compreensão de que o silêncio da nossa historiografia acerca desses povos deve ser rompido, pois do contrário estamos alimentando o desconhecimento que tem gerado equívocos, desrespeito, preconceitos, exclusões, omissões...

Ao promulgar uma lei que torna obrigatório o ensino da história e da cultura dos povos indígenas nas escolas brasileiras, o governo demonstra que as pressões advindas da luta cotidiana desses povos surtiram efeito. Portanto, não se trata de boa vontade, mas do resultado das ações do Movimento Indígena que há muito tempo vem questionando o total desrespeito com que são tratados, a falta de direitos, a tutela permanente, apesar de a Constituição ter rompido com a mesma, enfim, um movimento que vem mostrando que não estão fora da história, que não foram exterminados na colônia, nem tão pouco “assimilados” pela nossa tão pregada “civilização”. Trata-se de povos que afirmam e reafirmam suas identidades num processo de luta permanente. Povos que fazem parte da *História do Brasil* antes mesmo de podermos utilizar tal nomenclatura, mas que para um número ainda enorme de pessoas - incluindo muitos historiadores- continuam a vivenciar um processo de exclusão.

Apesar de inúmeros reveses enfrentados ao longo desses mais de quinhentos anos, a população indígena vem crescendo substancialmente, porém, ainda continua sendo vista como

o “outro”. Fatos remotos e recentes demonstram como tornou-se “natural” tratarmos os povos indígenas como um povo a parte, presos ao passado, como se eles só integrassem a nossa história do início da colonização. No caso do Nordeste a presença indígena ainda é mais questionada, pois nos acostumamos a “achar” que índio é coisa da Amazônia. Entretanto, nos últimos anos, para usar um exemplo próximo, a UEFS tem recebido alunos oriundos de comunidades indígenas da Bahia. Um olhar mais atento de todos nós, já teria percebido os desafios que essa “inclusão” tem imposto a esses estudantes, sobretudo no que diz respeito aos preconceitos que enfrentam no dia a dia e a todos nós, professores, alunos e servidores. Cabe apontar também que nos últimos tempos temos visto notícias (quando a mídia resolve se manifestar) de vários conflitos envolvendo comunidades indígenas na Bahia, notícias essas que não só desmontam a idéia da ausência de indígenas no Nordeste, mas reforça a contemporaneidade desses povos. O problema é que nosso desconhecimento impede o entendimento das questões que estão no cerne desses conflitos que por sua vez trazem inúmeros questionamentos que na maioria das vezes nem sabemos responder.

Podemos começar citando o fato ocorrido na madrugada do dia 10 de março de 2010 quando Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau da comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro no Sul da Bahia, foi preso por agentes da Polícia Federal. Babau é considerado por muitos, um dos líderes de maior envergadura entre os caciques indígenas da Bahia, mas para outros, “cidadãos brasileiros indignados”, trata-se de um “criminoso”, cuja “ficha” é insistentemente postada em blogs e sites que discutem o assunto. Ressalto que apesar de citar esse caso tão específico, a prisão de lideranças indígenas faz parte da realidade de um grande número de povos nas Américas. Diversas comunidades têm sido submetidas à permanentes tensões, preconceitos, desrespeito e violência. Hoje o cacique citado já se encontra em liberdade e prossegue com a luta em defesa das terras usurpadas ao longo dos anos, mas em todo o país, a presença indígena convive com diversos problemas que também são comuns aos chamados “não índios”. Fome, desemprego, drogas, alcoolismo, violência, descaso, preconceitos, expulsão de suas terras e ausência de direitos mínimos de cidadania fazem parte da história de muitos povos em todas as regiões do Brasil. Muitos desses problemas têm raízes bem demarcadas no processo de conquista e colonização e ao longo das muitas políticas indigenistas postas em prática pelo Estado Brasileiro, a exemplo da questão da terra, só para citar o mais visível e o mais grave dos problemas que atinge hoje os povos indígenas.

Até aqui nenhuma novidade, basta lembrarmos que a violência tem sido recorrente como forma de “resolução” dos “incômodos” da nossa sociedade, praticada tanto por responsáveis pela “manutenção da ordem” como as autoridades policiais, quanto por membros da sociedade civil. Quem não se lembra do índio Galdino, pataxó Há Há Hãe de 44 anos queimado vivo em Brasília quando junto com sete lideranças daquele povo buscava apoio dos poderes públicos para a grave situação da sua terra indígena? As comemorações do “dia do índio” daquele ano de 1997 não terminaram bem para Galdino. Diante da crueldade da situação a grande imprensa rompeu com o silêncio que lhe é tão característico quando se trata da questão indígena e mostrou que ao se render ao cansaço e adormecer num banco de parada de ônibus, as cinco horas da manhã, Galdino acordou ardendo em uma labareda de fogo.

O ato praticado por cinco jovens de classe média alta que queria “apenas se divertir” traduz todo o descaso e preconceito com que os povos indígenas vêm sendo tratados pela sociedade “não índia” e se conecta, - guardadas as devidas proporções e particularidades – às formas com que os conquistadores lidaram com os primeiros habitantes deste país, especialmente aqueles que resistiram ao processo de dominação.<sup>1</sup> Porém, as políticas indigenistas, apesar de apresentarem encadeamentos e interconexões, também apresentam uma variabilidade em seus usos em diversos contextos, mas não rompem com a rede de esquecimentos e exclusão que marcam as práticas e narrativas dispensadas aos povos indígenas.

As abordagens que enfocam a questão indígena ao longo dos séculos demonstram que os conflitos que envolvem índios e não-índios têm como motor principal a disputa pelas terras, os interesses econômicos. Estudioso desta questão, João Pacheco de Oliveira discute como a forma de pensar o que costumeiramente se denominou de “problema indígena” foi redimensionada a partir da década de 1980 demonstrando que o conflito mais direto dos grupos indígenas ocorre frente às iniciativas oficiais. Para ele, tais iniciativas decorrem de *“metas e prioridades políticas públicas, em que o Estado intervém seja como executor, patrocinador ou simplesmente por aprovação ou omissão”*(OLIVEIRA, 2000:61-81)

Apesar de todas as questões apontadas até aqui e do impacto nefasto que as políticas indigenistas tiveram e ainda tem sobre os indígenas, esses povos não desapareceram como preconizaram especialistas e políticas estatais. Á tão propalada inexorabilidade do progresso e

ao constante extermínio iniciado nos tempos coloniais, as populações indígenas vem respondendo com um considerável aumento demográfico demonstrando a contemporaneidade desses povos cuja história é marcada por injustiças, violência, descaso, invisibilidade, massacres, mas, sobretudo, pela resistência. À usurpação de seus territórios, muitos respondem com impetração de ações na justiça e a resistência das “retomadas”.

Nas últimas décadas, os povos indígenas têm demonstrado grande poder de organização e mobilização através do Movimento Indígena. Neste ponto reside a perplexidade da sociedade não índia. Como lidar com a presença de seres historicamente relegados ao passado? Sujeitos que figuram como meros coadjuvantes da história do Brasil? Afinal, não foram dizimados durante a colonização? A nossa historiografia, nossos livros didáticos pouco fala deles para além do período colonial e isso tem contribuído para uma visão estereotipada na qual esses povos são colocados sempre no passado. Basta lembrarmos em que modos ocorrem as comemorações do dia do índio nas escolas já que ainda é comum vermos crianças de cara pintada portando um cocar feito com papel lembrarem que o 19 de abril é dia de índio.

Para essa sociedade deparar-se com um índio de *“carne e osso, debatendo seus problemas, falando português (...) frequentando o parlamento e os tribunais, circulando nas grandes cidades ou mesmo no exterior (...) manobrando uma Câmara de vídeo (...)”*(OLIVEIRA, 2000:78) e eu acrescentaria, portando uma calça jeans e um tênis de “marca”, cursando Universidade, fazendo literatura, pensando, é o cúmulo do absurdo e do estranhamento. É a constatação, para muitos, de que “não são mais índios”. O que aparentemente é uma questão simples resulta de complexos processos históricos que criaram tais visões estereotipadas, genéricas e simplificadoras acerca dos povos indígenas. Visões, diga-se de passagem, pragmáticas na medida em que favorecem aos grupos a quem interessa a sujeição dos indígenas e a expropriação de suas terras e recursos naturais, além da exploração barata do seu trabalho.

Se junta a isso, o silenciamento dos historiadores acerca desta presença ao longo da nossa História. Só recentemente, nós incorporamos as populações indígenas ao nosso campo de investigação. Porém, nossa História dita não oficial ainda compartilha muito deste silêncio. Quantos estudantes dos cursos de História em nossas Universidades discutiram as questões indígenas ao longo das divisões clássicas da História do Brasil? Quantos debateram sobre os problemas desses povos na formação do Império Brasileiro e na implantação da República

como parte integrante dos conteúdos da história do Brasil? Quantos puderam verificar as ações do Governo Vargas junto aos povos indígenas, assim como o que ocorreu com os mesmos no período da Ditadura Militar? Ora, as sociedades indígenas desaparecem nas ementas dos cursos de História do Brasil, ela está restrita apenas a ementa do curso de Brasil colonial e ainda assim, é possível se planejar um curso de Brasil I a partir da história européia na qual os povos indígenas figuram em breves momentos iniciais como meras vítimas dessa invasão.

Se considerarmos que em países como Peru, Bolívia e México as populações indígenas são majoritárias, mas ainda assim, são profundamente desrespeitadas e tratadas como invisíveis, o que dizer do Brasil, aonde, apesar do crescimento demográfico que os povos indígenas vem apresentando, essa população é minoritária em relação aos não-índios?

Quero retomar a epígrafe que abriu esse texto, a fala do Manuel Scorza, quando ele afirma que o massacre ocorrido no Peru na década de 1960, quando as comunidades indígenas resistiram e se rebelaram frente aos desmandos de autoridades e de uma empresa multinacional, a Cerro de Pasco Corporation, *“aconteceu em meio ao silêncio mais absoluto. A imprensa ignorou os fatos, que se converteram num capítulo a mais da história invisível do Peru”*, para ressaltar que tais atitudes também ocorrem nesta outra parte da América, neste país chamado Brasil onde os indígenas, tais quais os personagens (na maioria das vezes reais) de Scorza se defrontam com os absurdos proporcionados pelo abuso de poder de grupos que deveriam zelar pela integridade e preservação desses povos, como no caso do poderes públicos, bem como a mercê da ambição desmedida dos grupos econômicos acostumados com o enriquecimento a partir da exploração da mão-de-obra dos menos privilegiados e dos bens do país. Além disso, beneficiam-se da impunidade, da conivência da lei no processo de usurpação das terras indígenas e dos recursos provenientes delas.

A grande imprensa sempre a serviço dos grupos dominantes deste país se restringe a reforçar a imagem dos indígenas como seres violentos, sujos, preguiçosos, improdutivos. Limita-se a guiar o olhar preconceituoso com que cada vez mais um número maior de pessoas enxerga as sociedades indígenas. Sempre que algum interesse por parte do Estado e/ou dos grupos econômicos atingem as populações indígenas, temos demonstrações de como os meios de comunicação lidam com tais questões. Quem não se lembra das cenas exibidas em todos os canais de TV, em 2008, quando uma mulher indígena, feriu com um facão o braço de um engenheiro da Eletrobrás no Pará, em meio a uma reunião em que se tratava da construção da

barragem do Belo Monte? O fato ganhou repercussão na imprensa nacional e internacional. As notícias limitaram-se a enfatizar a atitude “incivilizada” e violenta dos índios exibindo o braço ferido do engenheiro diante de milhares de olhares indignados de brasileiros que jamais foram informados devidamente do que estava sendo discutido naquela ocasião. O foco dado a “violência” e a “selvageria” dos indígenas ajudou a silenciar os interesses e o impacto do projeto que estava sendo discutido. Nenhuma palavra sobre o porquê da atitude extremada da indígena. “*Quando terminou de falar, os índios atacaram o engenheiro*” assim se pronunciou o jornal da Globo, que mesmo admitindo que o projeto em discussão recebia oposição dos indígenas e de várias organizações não informou o porque. Porém, não deixou de ressaltar que: “*O Ministério Público Federal pediu a abertura de inquérito na PF para apurar o caso*” e que, “*Em nota, a diretoria executiva da Eletrobrás afirma que tomará todas as providências necessárias para que os responsáveis pela agressão sejam punidos*”.<sup>4</sup>

Para a Veja, tratou-se de um golpe de insensatez protagonizado por “selvagens da Amazônia”. Para os que conseguem selecionar o que lê, o tratamento dado a questão por esta revista causa no mínimo indignação. Entretanto, o alcance das informações veiculadas por ela só reforça e atualiza o preconceito contra os povos indígenas no seio de uma sociedade em que tais leitores se encontram nas variadas classes sociais. Em fevereiro de 2010, o ministro do meio ambiente Carlo Minc apareceu mais uma vez anunciando a liberação da Usina de Belo Monte no rio Xingu, trata-se da obra discutida na ocasião citada acima.<sup>5</sup> Mais uma vez, a imprensa televisiva silenciou sobre o porquê da manutenção de um posicionamento contrário por parte dos povos indígenas e outras organizações. Mas, não titubeou ao lembrar a agressão feita ao engenheiro, cena que mais uma vez encobriu e deslocou para as zonas do silêncio o debate sobre o impacto que a obra causará nas populações que habitam a área a ser inundada. A questão de Belo Monte continua sendo apresentada na mídia, mas qual debate aprofundado foi feito de forma a nos informar sobre isso?

Pelo exposto, torna-se lugar comum afirmar que as notícias veiculadas sobre indígenas demonstram que os mesmos só aparecem na imprensa quando atacam “brancos”, quando fazem reféns os funcionários da FUNAI, quando fazem retomadas, mas não questionam quais os motivos destas atitudes. Quando os povos indígenas são atacados, o silêncio é a regra.

---

<sup>4</sup> Matéria intitulada *Índios são flagrados atacando engenheiro da Eletrobrás no Pará*, disponível em <http://g1.globo.com>. Acesso em 26/03/2010.

<sup>5</sup> Pela Internet ainda é possível ver algumas notícias que buscam mesmo que superficialmente, mostrar mais detalhes da questão. Ver <http://www.monitormercantil.com.br>, <http://noticias.ambientebrasil.com.br>.

Ninguém questiona o porquê de tais ações. Ao contrário, até defendem as opiniões formuladas por seus apresentadores, muitos de forma raivosa, demonstrando não só o preconceito, mas um ódio grande por estes povos, a exemplo de comentários lamentáveis que são adicionados em vários sites e blogs. Na ocasião em que ocorreu a prisão do cacique Babau – insisto nesse exemplo, pois trata-se de uma realidade bem próxima - em resposta a notícia dada por Juvenal Payaya, indígena que solicitava apoio da população brasileira para repudiar a prisão do cacique, um dos comentários postados chamou-me atenção. Segundo quem o escreveu, Babau não era índio, pois na sua concepção, ao resistir e lutar pelos direitos indígenas era um “bandido”. Eis a definição desse indivíduo, que infelizmente, traduz ainda boa parte do pensamento da sociedade “brasileira” sobre a questão:

Quando realmente se tratar de Índios como diz a constituição, aqueles que não entendem a língua, a escrita, e as leis estes sim merecem a tutela do estado. Este bando que aterroriza a Serra do Padeiro usam com escudo da FUNAI para cometerem crimes de invasões, saques, ameaças, tentativa de homicídio, desvio de recursos públicos. Que interesse haverão por traz de um bando armado que desafia a Justiça Federal e a Constituição. <http://www.midiaindependente.org>. Acesso em 26/03/2010.

Este senhor, que expõe sua opinião lamentável acerca de uma situação tão grave e inverte a situação, certamente, acredita no que diz e é possível que faça parte de um grupo que exhibe décadas após décadas os títulos de terras deixados pelos tataravôs, bisavôs, enfim, por membros das gerações que vivenciaram todo um processo de esbulho das terras indígenas, processo esse que foi legalizado pelo Estado Brasileiro através de uma política indigenista que longe de “proteger” os povos indígenas contribuiu para o processo de exploração e dominação dos mesmos. Para esse grupo a resistência indígena responsável pela sobrevivência destes povos, torna-se insuportável, daí a opção de aproximar resistência e criminalidade.

Para os que pensam desta forma não é criminoso o que ocorreu por volta dos anos 1940 e 1950 quando as famílias indígenas foram expulsas da terra Caramuru-Paraguaçu, que já havia sido demarcada desde 1926. As lembranças da expulsão, apresentadas pela indígena Maria do Ramos, a Dú, criança na época, são bem vivas e demonstram a violência deste ato: *“Chegaram muitas pessoas armadas, ameaçando: ‘quem não sai morre’. Muitos resistiram. Mataram muita gente, arrastaram pessoas com um cavalo até não se moverem mais”*<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Jornal PORANTIM, dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.cimi.org.br>. Acesso em 24/03/2010.

O Movimento indígena que cresce cada vez mais ameaça interesses inúmeros e variados que promovem os abusos cometidos contra os povos indígenas, mas favorecem indivíduos e grupos cuja saída para manutenção dos privilégios tem sido a constante criminalização dos Movimentos Sociais, incluindo aí a naturalização e criminalização da pobreza em geral. Assim, índios, pobres, negros, e todos considerados “diferentes” sofrem o processo de exclusão de uma sociedade que se autodenomina “democrática”. No caso dos indígenas, segundo, Paulo Borges, a luta empreendida através do Movimento Indígena indica que estes povos “*estão percebendo que a causa de sua miséria possui a mesma raiz de toda a miséria*”. (BORGES, <http://www.nepi.fag.edu.br/arquivos/movimentoindigena.pdf>)

Eu ainda acrescento que, o crescimento do Movimento Indígena que provoca reações arbitrárias adotando a morte e a tortura como formas de desarticulá-lo, só demonstra a resistência permanente destes povos que expõem para a sociedade brasileira sua condição de sujeitos históricos capazes de questionar, de lutar, de “incomodar” mesmo que grupos hegemônicos, interessados em seu desaparecimento, continuem tratando-os como “invisíveis”, tal qual Garabombo, personagem do Scorza, invisível quando buscava defender os direitos de sua comunidade, (invisibilidade decorrente do descaso das autoridades peruanas) e que só se tornava visível quando incomodava estas mesmas autoridades e os grupos econômicos que promoviam e ainda promovem o extermínio das comunidades indígenas no Peru.

Basta lembrar que há bem pouco tempo uma Corte de Justiça na Colômbia absorvia os responsáveis pela morte de dezenas de índios, sob a alegação de que “*matar índio não era delito*”.<sup>2</sup> Nos últimos anos temos tomado conhecimento de dezenas de assassinatos de indígenas no Peru, na Colômbia, no Brasil. Isso só comprova que chegamos ao século XXI com a constatação de que em toda a América Latina as populações indígenas permanecem expostas aos “desmandos” que reafirmam cotidianamente o conhecido jargão de que “*índio bom é índio morto*”.

Se ainda hoje temos dúvidas de que a história indígena possa ser alocada na área de História do Brasil, é uma evidência de que a invisibilidade, a omissão, o descaso e o silenciamento com que a Historiografia sempre tratou os povos indígenas ainda prevalecem, portanto, convido-os a responderem seriamente a pergunta lançada: ***onde estão os índios na História do Brasil? E mais, se eles não fizerem parte da História do Brasil, a que História pertencem?***

Penso, portanto, que o debate sobre a História e presença indígena no ensino superior, e particularmente nos cursos de História, apesar do atraso não apenas na UEFS mas em todo o Brasil, deve ser visto como possibilidades de construção de caminhos e de argumentos para a legitimação das lutas desses povos e de criação de estratégias que visem soluções para os difíceis problemas com que se deparam hoje as populações indígenas, bem como as dificuldades que irão se defrontar futuramente. Pensar uma História do Brasil que considere a história indígena certamente resultará num maior conhecimento acerca desses povos e servirá para a quebra dos preconceitos, dos estereótipos, tornando a Universidade um lugar de maior tolerância capaz de acolher e lidar melhor com a enorme diversidade étnico-social, além de eliminar as formas homogeneizadoras com que tratamos a presença indígena.

---

### **Bibliografia**

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História: abordagens interdisciplinares. (Apresentação)*. Revista Tempo, nº 23, Rio de Janeiro: UFF, julho, 2007
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Cultura política indígena e política indigenista: reflexões sobre etnicidade e classificações étnicas de índios e mestiços (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX)*. In: (Orgs.) AZEVEDO, Célia et al. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2009.
- BORGES, Paulo H. Porto. *O Movimento Indígena no Brasil: histórico e desafios*. Disponível em: <http://www.nepi.fag.edu.br/arquivos/movimentoindigena.pdf>
- CANOVA, Loiva. **Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2003.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/ Universidade de São Paulo/ Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo / Companhia das Letras. 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Política Indigenista no século XIX*. In: Idem. *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.
- CUNHA, Manuela carneiro da. “Parceria ou barbárie”, Folha de São Paulo, 22/08/1993.
- GONZALEZ, Juan E. *Manuel Scorza: Mito, novela, história*. Entrevista publicada. In: SILVEIRA, Ênio Et Al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980
- MONTEIRO, John Manuel. *O desafio da história indígena no Brasil*. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPINI, Luis Donisete Benzi. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo/Brasília: Global/ MEC/UNESCO, 2000.
- MONTEIRO, John M., **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.
- HECK, Egon Dionisio. **Os índios e a caserna- políticas indigenistas dos Governos militares 1964 a 1985**. Dissertação de Mestrado em Ciências políticas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1996.

---

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Muita Terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito*. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPINI, Luis Donisete Benzi. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo/Brasília: Global/ MEC/UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *As mortes do indígena no Império do Brasil: o indianismo, a formação da nacionalidade e seus esquecimentos*. In: (Orgs.) AZEVEDO, Célia et al. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Índio e o Mundo dos Brancos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996

MACHADO, Marina Monteiro. **A trajetória da destruição: índios e terras no Império do Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada na UFF. Niterói, 2006.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In: Carneiro da Cunha, Manuela. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

RAMOS, André F. *A escravidão do indígena, entre o mito e novas perspectivas de debate*. Trabalho originalmente apresentado para conclusão do curso “Escravidão na América: Debates e Tendências”, ministrado pelo Prof. Dr. Horácio Gutierrez, no Mestrado em História da UFGO, durante o 2º semestre de 1997. Disponível em:

REVISTA **TEMPO**. nº 23, Rio de Janeiro: UFF, julho, 2007

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno**. Petrópolis: Vozes. 1979.

\_\_\_\_\_ **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

RICARDO, Carlos Alberto **Povos Indígenas no Brasil 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA). (Ed.). 2001.

ROCHA, Leandro Mendes. **A política Indigenista no Brasil: 1930-1967**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

SCORZA, Manuel. **Garabombo ‘ o invisível’**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

SILVA, Aracy Lopes; GRUPINI, Luis Donisete Benzi. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. São Paulo/Brasília: Global/ MEC/UNESCO, 2000.

SILVA, Edson Hely. **O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e Resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880)**. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

SILVA, Edson Hely. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira-PE), 1950-1988**. Tese de Doutorado em História, IFCH-Unicamp, 2008